

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL Nº 016/2013-TACA-
SEMMAS**

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL-TACA que entre si celebram a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS** e a empresa **JOSÉ ELIAS SILVA TORRES - ME “A NOVA CASA DA MAMÃE”** (PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2007/4933/6187/01255)

Pelo presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL- TACA, **JOSÉ ELIAS SILVA TORRES-ME, nome fantasia “A NOVA CASA DA MAMÃE”**, CNPJ 22.995.609/0001-80, com sede na Av. Autaz Mirim, nº 322-altos – Tancredo Neves, Manaus, representada pelo Sr. **JOSÉ ELIAS SILVA TORRES**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 213.854.082-00 e portador da Identidade nº 1858435-7, SSP AM, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Pau Ferro, 184 – Val Paraíso, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, **OBRIGA-SE** perante a **AUTORIDADE AMBIENTAL** da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS**, sediada em Manaus na Rua Constelação Cruzeiro do Sul, nº 30- Aleixo, CGC/MF sob o nº. 07.854.190/0001-53, doravante denominada **COMPROMITENTE**, representada por sua Secretária, a Sra. **KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT**, brasileira, professora universitária, portadora da RG. 16313151 SSP/AM, e do C.P.F. nº. 001.201.787-61, conforme delegação de competência expressa no art. 46, III, do Decreto nº. 1.589, de 25/06/09, Gestora do Fundo Municipal para o Desenvolvimento e Meio Ambiente- **FMDMA**, conforme Capítulo XI, Art. 72 da Lei nº 605 de 24 de julho de 2001, sediado em Manaus na Av. André Araújo-1500, CEP 69.060-000, Aleixo, CNPJ sob o nº. 84.490.689/0001-70, a **ADOTAR** as medidas a seguir indicadas, com arrimo do disposto no art. 225, §3º, da Constituição Federal e art. 72 da Lei nº 605 de 24 de julho de 2001, observadas as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA MITIGAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL – Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental, o **COMPROMISSÁRIO**, obriga-se perante a **AUTORIDADE AMBIENTAL**, a adotar as medidas e condicionantes técnicas em relação a sua atividade e com potencial de impacto no meio ambiente, de modo a cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio, observando rigorosamente os prazos assinalados, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município. Este termo é firmado devido a ausência de licenciamento ambiental.

PARÁGRAFO ÚNICO: A qualquer momento este Termo poderá ser revisto, caso seja constatada alguma irregularidade ou haja o descumprimento de quaisquer normas impostas.

CLÁUSULA SEGUNDA – Apresentar:

1. No prazo de 30 (trinta) dias:
 - a. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
2. No prazo de 90 (noventa) dias:
 - a. Certidão de uso do solo;
 - b. Projeto de tratamento acústico;
 - c. Projeto do sistema de tratamento de esgoto doméstico.

PARÁGRAFO ÚNICO: Outros documentos e providências poderão ser solicitados após a vistoria técnica a ser realizada pela SEMMAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – Como compensação ambiental por equivalência, deverá confeccionar e encaminhar a esta SEMMAS, no prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do TACA, 1000 (mil) exemplares de sacola de lixo para carro sobre o tema Manaus Verde e Viva da série Controle Ambiental, conforme especificações desta SEMMAS e modelo anexo.

CLÁUSULA QUARTA – Durante o período excepcional, compreendido entre a data de assinatura deste termo e o efetivo cumprimento das obrigações assumidas na



CLÁUSULA SEGUNDA, o **COMPROMISSÁRIO** não ficará isento de cumprir as demais diretrizes fixadas pela legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes, nem se eximirá de cumprir determinações ou prestar informações ou esclarecimentos solicitados e exigidos pela **COMPROMITENTE** ou pelos demais órgãos e entidades competentes, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais e administrativas cabíveis, bem como a aplicação das multas a que se referem à Legislação Ambiental do Município.

CLÁUSULA QUINTA - O não cumprimento deste Termo implicará na remessa do (s) processo (s) administrativo (s) à Procuradoria Geral do Município – PGM, para a execução judicial das obrigações dela decorrentes, como título executivo extrajudicial, na forma do disposto no art. 585, II, do Código de Processo Civil, sem prejuízo das demais sanções administrativas aplicadas à espécie.

CLÁUSULA SEXTA – O prazo de vigência deste Termo é condicionado ao seu cumprimento integral, que não poderá ultrapassar o prazo estabelecido na **CLÁUSULA SEGUNDA**, a contar da data da assinatura deste documento.

CLÁUSULA SÉTIMA – O foro do presente Termo é o desta cidade de Manaus, com a expressa renúncia do **COMPROMISSÁRIO** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – Ficará às expensas da **COMPROMISSÁRIA** a imediata publicação deste Termo em 05 (cinco) dias, sob a forma de extrato no Diário Oficial do Município, fornecido pela SEMMAS.

CLÁUSULA NONA – O presente termo passa a fazer parte integrante do processo administrativo n. 2007/4933/6187/01255, devendo a partir da assinatura deste, ser providenciada pelo setor competente, a devida juntada ao processo citado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente contrato sob a forma de TACA, referente ao processo em epígrafe tem o seu valor estipulado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para efeito de execução extrajudicial e/ou judicial.



CLÁUSULA DÉCIMA – A Diretoria Técnica Operacional fiscalizará o integral cumprimento deste TACA e ao final do período previsto na **CLÁUSULA SEGUNDA** realizará relatório circunstanciado, o qual identificará a execução total, ou parcial, em que neste caso notificará o **COMPROMISSÁRIO** para querendo justificar, inclusive, com possibilidade de aditar ou não o presente ajuste, precedida das considerações Técnicas do Departamento de Licenciamento com a provação da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (**COMPROMITENTE**), ficando, desde logo, suspenso qualquer procedimento à execução do referido TACA até que se tenha a resolução do mencionado relatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ao final do período de que cuida a **CLÁUSULA DÉCIMA** a Diretoria Técnica Operacional encaminhará o (s) processo (s) acima referenciado (s) à Diretoria Jurídica da SEMMAS, com relatório circunstanciado, objetivando as providências necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O compromisso de ajustamento de conduta foi introduzido no nosso ordenamento jurídico através do Art. 211 da Lei nº 8.069/90 e do Art. 113 da Lei 8.078/90, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao Art. 5º da Lei nº 7.347/85. Este termo rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, especialmente a Lei nº. 9.605, de 12.02.1998, a Medida Provisória nº. 2.163-41, de 23.08.2001, o Art. 132, §§ 2º ao 6º, da Lei Municipal nº 605 de 02/07/2001 (Código Ambiental do Município de Manaus) e a Resolução nº 90, de 15 de setembro de 2006 do Conselho Municipal do Desenvolvimento e Meio Ambiente-**COMDEMA**.

A **COMPROMITENTE** e o **COMPROMISSÁRIO** declaram conhecer todas essas normas e concordam em sujeitarem-se às estipulações, sistemas de penalidade e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.



De tudo, para constar foi lavrado o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, 15 de fevereiro de 2013.

Pela **COMPROMITENTE**: Kátia Schweickardt

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Pelo **COMPROMISSÁRIO**: José Elias Silva Torres
JOSÉ ELIAS SILVA TORRES
(A NOVA CASA DA MAMÃE)

Testemunhas:

Nome: Danielle Kristina Neves dos Santos

Nome: José Frodo Campos

Assinatura: Santos

Assinatura: José Frodo

CI/RG: 1213419-8 SSP/AM

CI/RG: 2021592-4